



CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO

Estado do Paraná

000017

PARECER JURÍDICO Nº 270.2018

Assunto: Projeto de Lei nº 179.2018

Protocolo: 2680.2018

Objetivo: Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento nas escolas e Centro Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede pública municipal de ensino de Toledo.

Parecer: Ilegalidade. Ausência de deliberação do Conselho Municipal de Educação (inc. XV do art. 33 da Lei nº 2.026/2012) e violação ao inc. III do § 1º do art. 30 da LOM.

I. Relatório

Solicitou o Vereador Marcos Zanetti, de forma genérica, a elaboração de parecer jurídico a respeito do Projeto de Lei nº 179.2018 que *dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento nas escolas e Centro Municipais de Educação Infantil (CMEIs) da rede pública municipal de ensino de Toledo*. É o relatório.


II. Parecer


Desnudado de qualquer análise política a respeito do tema, elogia-se a iniciativa da Vereadora conquanto à proposta apresentada. Contudo, sem maiores delongas, o projeto normativo aqui analisado não merece prosperar sem que haja manifestação e deliberação do Conselho Municipal de Educação de Toledo, conforme preconiza o inc. XV do art. 33 da Lei nº 2.026/10.

De mais a mais, por se tratar também de hospitais da rede pública, poderá também haver vício de iniciativa se os vereadores considerarem que se está criando novas atribuições aos servidores, violando o disposto no § 1º do art. 30 da Lei Orgânica do Município de Toledo.

É o parecer.

Toledo, 21 de novembro de 2018.


Eduardo Hoffmann
Assessor Jurídico


Fabiano Scuzziato
Assessor Jurídico